



MONITORES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O AEE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Maria Eduarda Rabelo Machado ¹

Gislene Camargo ²

Igor Machado da Rosa ³

Marcia da Rosa Vieira Luca ³

Édina Regina Baumer ⁴

O Programa Residência Pedagógica (RP), é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que proporciona uma aproximação dos alunos dos cursos de licenciaturas com a escola. Os estudantes inseridos nas escolas-campo, ou melhor, os residentes (como são denominados pelo programa), possuem um acompanhamento significativo de professoras/es preceptoras/es onde observam, planejam, atuam e vivenciam o cotidiano da escola. A CAPES elenca 5 objetivos centrais desse programa, que enquadra-se à Política Nacional de Formação de Professores. Os objetivos são:

1-Fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura; 2-Contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos; 3-Estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores; 4-Valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional; 5-Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (Brasil, 2022,p.2).

Na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), estamos na segunda edição do programa, que teve uma boa avaliação por parte dos residentes e das escolas-campo. Nesta edição temos um diferencial no RP do curso de Pedagogia, a participação de uma preceptora

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, eduardarabelomachado@hotmail.com;

² Mestra pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, gislene@unesc.net; ³ Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, igormachadous@gmail.com;

³ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, coautor3@email.com;

⁴ Professor orientador: Édina Regina Baumer, Professora Mestre em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, erb@unesc.net.



que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que ampliou os olhares para os processos de letramentos e acompanhamento das crianças com deficiências no processo de ensino e aprendizagem. O projeto é composto por quinze (15) acadêmicas/os, duas professoras orientadoras e três preceptoras da rede municipal de educação.

As vivências dos residentes nesse lócus, buscam potencializar as diversas dimensões dos alunos para que eles possam ser alfabetizados, letrados e incluídos neste processo, complementando ou suplementando o trabalho dos professores e professoras do ensino regular. Nesse sentido, são realizadas atividades de estímulo cognitivo, sensoriais, motoras, e etc. buscando contribuir com o processo de alfabetização desses educandos. “A formação oferecida reflete-se diretamente nas salas de aula, dado que a educação especial faz parte do Projeto Político Pedagógico das escolas, complementa a formação dos alunos que são público-alvo e movimenta a escola na direção da inclusão (Mantoan, 2025, p.83).

Com o projeto RP, olhando para a educação inclusiva, percebeu-se fragilidades no acompanhamento das crianças com deficiências, principalmente pensando que o processo de inclusão acontece através desses profissionais e que devem ser sensibilizados por esse processo, acreditando que essa prática não é um modismo passageiro, mas sim, um direito de cidadão (Martins e Pires, 2008,). Portanto, este estudo visa "Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula" (Brasil, 2022, p.2), vislumbrando compreender quem são os acompanhantes das crianças com deficiência, na escola-campo e quais suas contribuições no processo da educação inclusiva. Para isso, nos apoiamos principalmente nos estudos de Mantoan (2003) e (2015).

A inclusão escolar vem se legitimando e se fortalecendo historicamente por engajamento dos professores, pesquisadores e da legislação. A Declaração de Salamanca de 1994 e a Lei de Diretrizes e Bases (1996) foram duas potentes marcas no campo legislativo acerca da educação inclusiva. Elas impulsionaram a construção de outras declarações, leis e documentos para essa perspectiva. Desse modo,

O Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos (Brasil, 1994, p.11).

Atualmente, duas grandes conquistas que fortalecem a educação inclusiva são a garantia do segundo professor quando há aluno com deficiência e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em Santa Catarina a orientação é:

Segundo Professor de Turma - oferece suporte e acompanhamento, nas classes regulares, ao processo de escolarização de estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista e/ou deficiência múltipla, que apresentem comprometimento significativo nas interações sociais e na funcionalidade acadêmica. Esse professor atenderá também estudantes com deficiência física, matriculados nesse espaço, os quais apresentem sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática. (SANTA CATARINA, 2018, p. 41).

Contudo, algumas redes falham quanto às exigências formativas destes profissionais, sobretudo, dos professores de apoio. No município de Criciúma/SC para ocupar esse cargo é necessário estar cursando uma licenciatura ou cursando Psicologia, porém com a escassez desses estudantes do curso superior, o município contrata alunos do Ensino Médio que tenham idade mínima de dezesseis anos, como monitores de turma. Nas discussões do subgrupo inclusão do RP de Pedagogia da UNESCO, essa foi uma preocupação constante, pois um aluno do Ensino Médio contratado como monitor de turma, nem sempre tem o conhecimento e as habilidades necessárias para dar o suporte pedagógico que o aluno com deficiência e/ou transtorno necessita.

Desse modo, as/os residentes que estão na escola-campo do RP, E.E.B. M. Serafina Milioli, localizada na cidade supracitada, consideraram pertinente realizar formações com os monitores de turma, a fim de pensar e discutir sobre as deficiências, práticas pedagógicas e de manejo para contribuir com a atuação dos professores regentes. Portanto, tem-se como objetivo relatar essas formações, no intuito de fortalecer as discussões, sensibilizando políticas públicas que atendam integralmente às crianças com deficiência. Mas compreendendo que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (Mantoan, 2015, p.28)

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008,

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade. O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Criciúma, 2008, p. 1) (grifos nossos)

Desse modo, o decreto estabelece que essas crianças têm direito a educação de qualidade, não somente na sala de AEE ou na escola, mas também em outros espaços. O decreto também coloca como atribuições do professor do atendimento educacional especializado, dentre outras, "Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno" e "Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares" (Criciúma, 2008, p. 4). Assim, pode-se afirmar que cabe ao professor do AEE oferecer orientações aos professores e familiares, o que incentivou o grupo a propor a formação para os monitores, enfatizando a proposta de formação como parte do "saber fazer" desses profissionais, que já possuem conhecimentos, experiências e práticas pedagógicas ao entrar em contato com a inclusão (Mantoan, 2003).

Para essa formação, buscou-se a pesquisa bibliográfica sobre a temática, bem como foram ouvidos os monitores, analisando as principais necessidades por meio de conversas, acompanhamento e observações na sala de aula. Coletadas as informações e analisadas em conjunto com residentes e preceptora, foi elaborado o material para a formação. Nele discutimos as concepções, das deficiências e transtornos específicos, suas características, possíveis origens e, principalmente, possibilidades de manejo e estratégias para utilizar com alunos que possuem deficiências e/ou transtornos. Ao total, foram três dias de formação, mediadas pelos residentes e pela professora preceptora. Essa escola-campo conta com onze monitores no período matutino e oito no vespertino. Além dos monitores, participaram da formação, as funcionárias que realizam os serviços gerais da escola, pois lidam com as crianças cotidianamente e por vezes não sabem como lidar em determinadas situações.

Durante os três dias de formação, percebemos o interesse de grande parte dos monitores. Eles compartilharam experiências efetivas, queixas, e fizeram diversas indagações pertinentes. É indispensável salientar, que alguns deles apresentavam uma espécie de cansaço físico e psicológico, seja nas falas, seja na aparência. Esse é um dado que pode responder à grande rotatividade desses sujeitos na escola. Existem casos de desistência já no primeiro dia. Sabe-se que é um trabalho cansativo, ainda mais para pessoas que não possuem uma sólida carga teórica e prática. Outro aspecto que pode implicar nesta rotatividade é a baixa remuneração, destacada pelos monitores. Conforme Bergamash et al (2011), dentre as principais dificuldades de atuação, como professor de apoio, estão a falta de saberes e formação acadêmica, empecilhos de ordem pedagógica, a desvalorização profissional e dificultadores do processo de

ensinoaprendizagem do aluno. Portanto, ressaltamos a importância da formação superior e especialização para atuação com alunos com deficiência. Mas para isso é indispensável que haja valorização docente, em forma de remuneração, apoio e incentivo para que possamos construir uma escola e uma sociedade mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

Docência, Práticas, Educação

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES pelo investimento das bolsas para os estudantes, nos incentivando, garantindo oportunidades e fortalecendo nossas formações iniciais como futuros professores e professoras. Por fim, agradecemos as professoras preceptoras e coordenadoras do grupo.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Elânia Maria Marques et al. O Professor de Apoio do Ensino Fundamental e os Desafios Vivenciados em suas Práticas Pedagógicas. Anais do VII Congresso Multidisciplinar de Educação Especial. 2011.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado - AEE na Educação Básica. Decreto nº 6.571, 18 de setembro de 2008.

CAPES. Edital 1: Programa de Residência Pedagógica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

FLORES, M.M.L. Professores de apoio. In: CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2011, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2011

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Coleção cotidiano escolar Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. Summus Editorial, 2015.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos, PIRES, José e PIRES, Gláucia Nascimento da luz. Políticas e práticas educacionais inclusivas. São Paulo: Summus, 2006.

SANTA CATARINA. Política de Educação Inclusiva. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial, 2018.